


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA CONJUNTA
(PROCESSO DE CONHECIMENTO E PROCESSO CAUTELAR)

Processos nº: **0004328-70.2013.8.26.0566 e 0016104-38.2011.8.26.0566**
Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 23/01/2014 17:00:26 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo
Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

RELATÓRIO

Nestes autos principais, nº 0004328-70.2013.8.26.0566, PAULO SERGIO DE ALMEIDA propôs ação de conhecimento, pelo rito ordinário, contra **SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS - SAAE** pedindo a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais em razão do corte indevido no fornecimento de água, bem como a condenação do réu na obrigação de não interromper o fornecimento enquanto adimplente.

O réu foi citado e contestou (fls. 82/96), alegando que a interrupção no fornecimento do serviço foi lícita e que não ocorreram danos morais.

Nos autos em apenso, nº 0016104-38.2011.8.26.0566, tramita a ação cautelar, com o propósito tão-só de obrigar o requerido ao restabelecimento no fornecimento da água, com liminar concedida às fls. 78, sem a apresentação de contestação pelo requerido após citado.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo conjuntamente os pedidos articulados na ação cautelar e na ação de conhecimento. O julgamento dá-se com fulcro no art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

Cumprе frisar, inicialmente, que o autor não pediu a declaração de inexistência do débito ou o recálculo deste segundo outros critérios, questão que, portanto, não será objeto de análise pelo julgador – arts. 128 e 460, CPC.

A inicial não é inepta, pois os requisitos do art. 282 c/c art. 295, parágrafo único, ambos do CPC, restam plenamente atendidos; ademais, eventual irregularidade, no caso concreto, não trouxe prejuízo às partes rés, cujo direito de defesa pode e foi plenamente exercido, não se devendo decretar qualquer nulidade (art. 244 c/c art. 249, §

0004328-70.2013.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

1º, ambos do CPC).

Ingressa-se no mérito.

O autor pede, na ação cautelar, o restabelecimento no fornecimento da energia, e na ação principal, a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais e na obrigação de não interromper o fornecimento enquanto adimplente o autor.

Quanto a este último pedido (obrigação de não interromper o fornecimento enquanto adimplente o autor), de rigor a improcedência. Primeiro, porque não se trata de pedido certo e determinado (art. 286, CPC). Postula-se, ainda, sentença condicional, proscria mesmo para relações condicionais (art. 460, parágrafo único, CPC). E, por fim, trata-se de demanda desvinculada de qualquer fato concreto, alheia à própria função da atividade jurisdicional, que volta-se a litígios atuais ou potenciais, mas sem dúvida concretos. Quer dizer, não se pode impor ao réu a obrigação geral de "não interromper o fornecimento do serviço se o autor estiver adimplente". Trata-se de uma obrigação abstrata, afinal não há indício algum de que, no futuro, o réu vá cortar a água do autor embora esteja este adimplente.

Já no que concerne ao restabelecimento da energia pedido no processo cautelar, relativo à dívida especificamente objeto da lide, com as vênias ao MM. Juiz prolator da decisão de fls. 78 daqueles autos, a liminar deverá ser revogada e o pedido julgado improcedente. É que, como bem observado na decisão de fls. 65 daqueles autos, aquela demanda foi ajuizada e por quase um ano não foi proferida decisão apreciando o pedido liminar em razão, exclusivamente, da inércia do requerente. Por conta disso, o fornecimento da água foi reativado sem intervenção judicial (cf. fls. 67/68 dos autos da cautelar, informação do requerente de religação da água, embora por equívoco dizendo que isso ocorreu com base em liminar; por equívoco, já que não existia, até aquele momento, qualquer liminar). Inexiste, neste momento processual (art. 462, CPC), ausência de fornecimento ou possibilidade concreta de corte no fornecimento com base na dívida discutida. Logo, o caso é de improcedência.

No tópico relativo à indenização por danos morais, a este juízo resulta dos autos o desacolhimento do pedido.

O consumo questionado é o referente a fevereiro/2011, cuja fatura venceu em março/2011, copiada às fls. 41, no valor de R\$ 224,75.

O autor, como vemos às fls. 25/26, logrou a revisão administrativa do débito, que foi reduzido para R\$ 118,09, possibilitando-se o pagamento em 3 parcelas.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

A revisão foi concedida e o autor não se insurgiu. Somente veio a propor a ação cautelar por força do corte de fornecimento da água, corte ocorrido em setembro/2011 (como vemos na inicial da cautelar).

Com a dívida vênua, o comportamento do autor de aceitar o resultado advindo do recálculo da dívida após acolhido o seu pleito administrativo apresenta-se relevante.

A aceitação daquele valor, seguida do inadimplemento, não pode ser ignorada. Não se pode presumir que, mesmo depois de revista a dívida administrativamente, ainda persista ilegalidade.

O valor de R\$ 118,09 é sem dúvida alto, mas não resulta tão desproporcional que possa ser considerado, pelo juízo, fruto de irregularidade na medição.

Mormente diante da ausência de outros subsídios.

Observe-se, ainda, que no mês de fevereiro/2012 o hidrômetro registrou, como vemos às fls. 97/99, o consumo de 45 metros cúbicos de água, mas nos meses imediatamente subsequentes, sem a troca ou reparo do hidrômetro, o consumo retornou aos patamares usuais entre 10 e 20 metros cúbicos. Ora, se houvesse realmente irregularidade no hidrômetro, a probabilidade maior era de o consumo excessivo continuar.

Sob tal conjunto de elementos probatórios, não resulta dos autos convencimento judicial hábil a se acolher o pedido.

A interrupção no fornecimento deu-se por conta de inadimplemento do consumidor. Não se trata de ato ilícito.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTES** as ações cautelar e de conhecimento; **CONDENO** o autor, globalmente, nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários em R\$ 1.000,00, observada a AJG.

P.R.I.

São Carlos, 12 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA